ESP-COMANDO POLIC.INT. 2 CPI-2-CAMPINAS

Termo de Referência 101/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
101/2026	180157-ESP-COMANDO POLIC.INT. 2 CPI-2-CAMPINAS	OSVALDO ELI MASSON DE OLIVEIRA	07/10/2026 09:26 (v 0.6)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	70/2026	057.00417927/2025-78

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de reforma do alojamento feminino de Cabos e Soldados do CPI-2, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	CÓDIGO	Fonte	Descrição dos serviços	UD	QTD	UNIT MAT	TOTAL MAT	UNIT MDO	TOTAL MDO	TOTAL
1		SERVIÇOS PRELIMINARES								
		Instalações provisórias e condições organizacionais								
		INÍCIO, APOIO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA								
1.1		Sinalização de obra								
1.1.1	02.08.040	CDHU	Placa em lona com impressão digital e requadro em metalon	M2	4	R$ 419,20	R$ 1.676,80	R$ 30,91	R$ 123,64	R$ 1.800,44
										R$ 1.800,44
2		DEMOLIÇÕES E RETIRADAS								
2.1		Demolições sem reaproveitamento								
2.1.1	04.14.020	CDHU	Retirada de vidro ou espelho com raspagem da massa ou retirada de baguete	M2	4,84	R$ -	R$ -	R$ 17,42	R$ 84,31	R$ 84,31
2.1.2	04.11.120	CDHU	Retirada de torneira ou chuveiro	UN	5	R$ -	R$ -	R$ 9,06	R$ 45,30	R$ 45,30
2.1.3	04.11.020	CDHU	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	UN	2	R$ -	R$ -	R$ 52,25	R$ 104,50	R$ 104,50
2.1.4	03.02.040	CDHU	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	M3	3,5	R$ -	R$ -	R$ 95,60	R$ 334,60	R$ 334,60
2.1.5	03.04.020	CDHU	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	M2	56,35	R$ -	R$ -	R$ 14,34	R$ 808,06	R$ 808,06
2.1.6	04.09.020	CDHU	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	2	R$ -	R$ -	R$ 37,09	R$ 74,18	R$ 74,18
2.1.7	04.11.100	CDHU	Retirada de registro ou válvula aparentes	UN	5	R$ -	R$ -	R$ 38,31	R$ 191,55	R$ 191,55
2.1.8	03.10.140	CDHU	Remoção de pintura em massa com lixamento	M2	100	R$ 0,39	R$ 39,00	R$ 6,97	R$ 697,00	R$ 736,00
2.1.9	03.03.060	CDHU	Demolição manual de revestimento em massa de piso	M2	70	R$ -	R$ -	R$ 11,95	R$ 836,50	R$ 836,50
										R$ 3.215,00

2.2		**Retirada em instalação hidráulica**									
2.2.1	04.30.060	CDHU	Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos	M	30	R$ -	R$ -	R$ 9,56	R$ 286,80	R$ 286,80
									R$	**286,80**
2.3		**Retirada em instalação elétrica**									
2.3.1	04.17.020	CDHU	Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede	UN	8	R$ -	R$ -	R$ 23,49	R$ 187,92	R$ 187,92
2.3.2	04.18.390	CDHU	Remoção de condutor embutido diâmetro externo até 6,5 mm	M	22	R$ -	R$ -	R$ 2,94	R$ 64,68	R$ 64,68
2.3.3	04.19.120	CDHU	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	UN	5	R$ -	R$ -	R$ 23,49	R$ 117,45	R$ 117,45
2.3.4	04.21.160	CDHU	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	M2	1	R$ -	R$ -	R$ 117,46	R$ 117,46	R$ 117,46
									R$	**487,51**
3		**TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO, DENTRO E FORA DA OBRA**									
3.1		**Transporte comercial, carreteiro e aluguel**									
3.1.1	05.07.040	CDHU	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	16	R$ 99,67	R$ 1.594,72	R$ 14,34	R$ 229,44	R$ 1.824,16
									R$	**1.824,16**
4		**ALVENARIA E ELEMENTO DIVISOR**									
4.1		**Implementação da nova alvenaria**									
4.1.1	22.02.100	CDHU	Forro em painéis de gesso acartonado, acabamento liso com película em PVC - removível	M2	18,5	R$ 108,39	R$ 2.005,22	R$ -	R$ -	R$ 2.005,22
4.1.2	14.30.010	CDHU	Divisória em placas de granito com espessura de 3 cm	M2	13,5	R$ 1.220,01	R$ 16.470,14	R$ 92,26	R$ 1.245,51	R$ 17.715,65
4.1.3	14.04.200	CDHU	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 9 cm	M2	20	R$ 39,57	R$ 791,40	R$ 38,81	R$ 776,20	R$ 1.567,60
4.1.4	23.04.090	CDHU	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 70 x 210 cm	UN	1	R$ 1.352,34	R$ 1.352,34	R$ 148,34	R$ 148,34	R$ 1.500,68
4.1.5	23.04.610	CDHU	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente metálico - 90 x 210 cm	UN	1	R$ 2.438,01	R$ 2.438,01	R$ 137,74	R$ 137,74	R$ 2.575,75
4.1.6	28.01.070	CDHU	Ferragem completa para porta de box de WC tipo livre/ocupado	CJ	6	R$ 281,81	R$ 1.690,86	R$ 79,47	R$ 476,82	R$ 2.167,68
									R$	**27.532,57**
5		**REVESTIMENTO CERÂMICO/PISO**									
5.1	17.01.060	CDHU	Regularização de piso com nata de cimento e adesivo de alto desempenho	M2	75,5	R$ 9,29	R$ 701,40	R$ 28,88	R$ 2.180,44	R$ 2.881,84
5.2	18.08.090	CDHU	Revestimento em porcelanato esmaltado acetinado para área interna e ambiente com acesso ao exterior, grupo de absorção Bla, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	86,5	R$ 113,81	R$ 9.844,57	R$ 47,68	R$ 4.124,32	R$ 13.968,89
5.3	18.11.052	CDHU	Revestimento em placa cerâmica esmaltada, tipo monoporosa, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	62,5	R$ 87,84	R$ 5.490,00	R$ 27,01	R$ 1.688,13	R$ 7.178,13
									R$	**24.028,85**
6		**REVESTIMENTO EM MASSA OU FUNDIDO NO LOCAL**									
6.1	17.02.020	CDHU	Chapisco	M2	95	R$ 2,50	R$ 237,50	R$ 5,60	R$ 532,00	R$ 769,50
6.2	17.02.120	CDHU	Emboço comum	M2	95	R$ 10,24	R$ 972,80	R$ 15,38	R$ 1.461,10	R$ 2.433,90
6.3	17.02.220	CDHU	Reboco	M2	45	R$ 2,04	R$ 91,80	R$ 13,25	R$ 596,25	R$ 688,05
									R$	**3.891,45**
7		**ESQUADRIA E ELEMENTO EM VIDRO**									
7.1		**Caixilhos, Pintura e Vidro Fantasia**									
7.1.1	03.10.080	CDHU	Remoção de pintura em superfícies de madeira e/ou metálicas com produtos químicos	M2	15,6	R$ 4,91	R$ 76,60	R$ 13,93	R$ 217,31	R$ 293,90
7.1.2	33.11.050	CDHU	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	20,6	R$ 19,51	R$ 401,91	R$ 35,24	R$ 725,94	R$ 1.127,85
7.1.3	25.01.040	CDHU	Caixilho basculante em alumínio anodizado, sob medida	M2	1,8	R$ 1.285,56	R$ 2.314,01	R$ 79,47	R$ 143,05	R$ 2.457,05
7.1.4	26.01.230	CDHU	Vidro fantasia de 3/4 mm	M2	3,5	R$ 266,29	R$ 932,02	R$ 25,38	R$ 88,83	R$ 1.020,85
7.1.5	33.12.011	CDHU	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	6,8	R$ 19,97	R$ 135,80	R$ 35,24	R$ 239,63	R$ 375,43
									R$	**5.275,08**
7.2		**Portas dos sanitários e banho**									
7.2.1	26.02.170	CDHU	Vidro temperado serigrafado incolor de 8 mm	M2	12,56	R$ 471,91	R$ 5.927,19	R$ 38,07	R$ 478,16	R$ 6.405,35
7.2.2	28.01.070	CDHU	Ferragem completa para porta de box de WC tipo livre/ocupado	CJ	7	R$ 281,81	R$ 1.972,67	R$ 79,47	R$ 556,29	R$ 2.528,96
									R$	**8.934,31**

8		PINTURA										
8.1		Paredes internas e corredor de acesso										
8.1.1	33.02.080	CDHU	Massa corrida à base de resina acrílica	M2	100	R$ 5,92	R$ 592,00	R$ 14,14	R$ 1.414,00	R$ 2.006,00		
8.1.2	33.10.030	CDHU	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo	M2	230	R$ 14,33	R$ 3.295,90	R$ 25,23	R$ 5.802,90	R$ 9.098,80		
										R$ 11.104,80		
9		HIDRAULICA (aparelhos/ acessórios/ tubulações de água fria e esgoto)										
9.1		Aparelhos Louças e Metais										
9.1.1	44.01.800	CDHU	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada sem tampa - 6 litros	UN	2	R$ 1.130,56	R$ 2.261,12	R$ 70,68	R$ 141,36	R$ 2.402,48		
9.1.2	44.20.280	CDHU	Tampa de plástico para bacia sanitária	UN	2	R$ 38,65	R$ 77,30	R$ 3,59	R$ 7,18	R$ 84,48		
9.1.3	44.03.645	CDHU	Torneira de mesa automática, acionamento hidromecânico, em latão cromado, DN= 1/2´ou 3/4´	UN	4	R$ 138,35	R$ 553,40	R$ 22,40	R$ 89,60	R$ 643,00		
9.1.4	44.02.062	CDHU	Tampo/bancada em granito, com frontão, espessura de 2 cm, acabamento polido	M2	2,1	R$ 976,30	R$ 2.050,23	R$ 97,06	R$ 203,83	R$ 2.254,06		
9.1.5	44.01.850	CDHU	Cuba de louça de embutir redonda	UN	4	R$ 115,57	R$ 462,28	R$ 29,37	R$ 117,48	R$ 579,76		
9.1.6	44.03.180	CDHU	Dispenser toalheiro em ABS, para folhas	UN	2	R$ 62,89	R$ 125,78	R$ 7,27	R$ 14,54	R$ 140,32		
9.1.7	26.04.010	CDHU	Espelho em vidro cristal liso, espessura de 4 mm	M2	2	R$ 588,32	R$ 1.176,64	R$ -	R$ -	R$ 1.176,64		
9.1.8	44.03.050	CDHU	Dispenser papel higiênico em ABS para rolão 300 / 600 m, com visor	UN	2	R$ 73,69	R$ 147,38	R$ 7,27	R$ 14,54	R$ 161,92		
9.1.9	44.03.090	CDHU	Cabide cromado para banheiro	UN	3	R$ 71,43	R$ 214,29	R$ 7,27	R$ 21,81	R$ 236,10		
9.1.10	44.20.220	CDHU	Sifão de metal cromado de 1´ x 1 1/2´	UN	4	R$ 168,48	R$ 673,92	R$ 29,37	R$ 117,48	R$ 791,40		
9.1.11	44.01.370	CDHU	Tanque em granito sintético, linha comercial - sem pertences	UN	1	R$ 212,45	R$ 212,45	R$ 58,73	R$ 58,73	R$ 271,18		
9.1.12	44.03.130	CDHU	Saboneteira tipo dispenser, para refil de 800 ml	UN	2	R$ 64,28	R$ 128,56	R$ 7,27	R$ 14,54	R$ 143,10		
										R$ 8.884,44		
9.2		Tubulação em PVC rígido marrom para sistemas prediais de água fria e branca para sistemas de esgot										
9.2.1	46.01.020	CDHU	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4´), inclusive conexões	M	15	R$ 6,44	R$ 96,60	R$ 29,37	R$ 440,55	R$ 537,15		
9.2.2	46.02.010	CDHU	Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões	M	15	R$ 13,17	R$ 197,55	R$ 29,37	R$ 440,55	R$ 638,10		
9.2.3	46.03.038	CDHU	Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada ´R´, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	12	R$ 23,76	R$ 285,12	R$ 35,24	R$ 422,88	R$ 708,00		
9.2.4	46.03.040	CDHU	Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada ´R´, DN= 75 mm, inclusive conexões	M	12	R$ 42,42	R$ 509,04	R$ 52,86	R$ 634,32	R$ 1.143,36		
9.2.5	46.03.050	CDHU	Tubo de PVC rígido PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série reforçada ´R´, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	15	R$ 53,85	R$ 807,75	R$ 64,60	R$ 969,00	R$ 1.776,75		
9.2.6	49.01.016	CDHU	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 100 x 50 mm, com grelha	UN	5	R$ 39,38	R$ 196,90	R$ 58,73	R$ 293,65	R$ 490,55		
9.2.7	47.02.110	CDHU	Registro de pressão em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4´ - linha especial	UN	6	R$ 53,40	R$ 320,40	R$ 26,43	R$ 158,58	R$ 478,98		
										R$ 5.772,89		
10		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS										
10.1		Cabos e Eletrodutos										
10.1.1	38.19.040	CDHU	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 32 mm	M	100	R$ 4,97	R$ 497,00	R$ 17,62	R$ 1.762,00	R$ 2.259,00		
10.1.2	39.21.020	CDHU	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	275	R$ 3,03	R$ 833,25	R$ 1,18	R$ 324,50	R$ 1.157,75		
10.1.3	39.21.030	CDHU	Cabo de cobre flexível de 4 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	160	R$ 4,59	R$ 734,40	R$ 1,18	R$ 188,80	R$ 923,20		
10.1.4	39.21.040	CDHU	Cabo de cobre flexível de 6 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	119	R$ 6,67	R$ 793,73	R$ 1,18	R$ 140,42	R$ 934,15		
10.1.5	39.21.050	CDHU	Cabo de cobre flexível de 10 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	100	R$ 10,07	R$ 1.007,00	R$ 4,70	R$ 470,00	R$ 1.477,00		
										R$ 6.751,10		

10.2		**Iluminação, Tomadas**										
10.2.1	40.04.460	CDHU	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	18	R$ 15,28	R$ 275,04	R$ 17,62	R$ 317,16	R$ 592,20
10.2.2	40.05.180	CDHU	Interruptor bipolar com 1 tecla dupla simples e placa	CJ	6	R$ 50,62	R$ 303,72	R$ 20,56	R$ 123,36	R$ 427,08
10.2.3	41.31.040	CDHU	Luminária LED retangular de sobrepor com difusor translúcido, 4000 K, fluxo luminoso de 3690 a 4800 lm, potência de 35 W a 41 W	UN	12	R$ 340,54	R$ 4.086,48	R$ 23,49	R$ 281,88	R$ 4.368,36
10.2.4	40.07.010	CDHU	Caixa em PVC de 4´ x 2´	UN	18	R$ 3,78	R$ 68,04	R$ 14,69	R$ 264,42	R$ 332,46
10.2.5	40.07.020	CDHU	Caixa em PVC de 4´ x 4´	UN	2	R$ 7,62	R$ 15,24	R$ 14,69	R$ 29,38	R$ 44,62
***10.2.6**	43.05.030	CDHU	Exaustor elétrico em plástico, vazão de 150 a 190m³/h	UN	2	R$ 412,98	R$ 825,96	R$ 58,73	R$ 117,46	R$ 943,42
										R$ 6.708,14
10.3		**QDFL ALOJA MASC e QGFL EXIXTENTE**								
10.3.1	37.10.010	CDHU	Barramento de cobre nu	KG	1	R$ 138,86	R$ 138,86	R$ 10,45	R$ 10,45	R$ 149,31
10.3.2	37.03.220	CDHU	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 34 DIN / 24 Bolt-on - 150 A - sem componentes	UN	1	R$ 620,68	R$ 620,68	R$ 219,53	R$ 219,53	R$ 840,21
10.3.3	37.13.660	CDHU	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	UN	1	R$ 121,24	R$ 121,24	R$ 52,86	R$ 52,86	R$ 174,10
10.3.4	37.17.074	CDHU	Dispositivo diferencial residual de 25 A x 30 mA - 4 polos	UN	1	R$ 283,59	R$ 283,59	R$ 14,69	R$ 14,69	R$ 298,28
10.3.5	37.13.600	CDHU	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	2	R$ 20,86	R$ 41,72	R$ 17,62	R$ 35,24	R$ 76,96
10.3.6	37.13.630	CDHU	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	UN	6	R$ 98,75	R$ 592,50	R$ 35,24	R$ 211,44	R$ 803,94
10.3.7	37.13.610	CDHU	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 35 A até 50 A	UN	6	R$ 38,99	R$ 233,94	R$ 17,62	R$ 105,72	R$ 339,66
10.3.8	39.21.060	CDHU	Cabo de cobre flexível de 16 mm², isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR 90°C	M	60	R$ 16,36	R$ 981,60	R$ 5,28	R$ 316,80	R$ 1.298,40
										R$ 3.980,86

11		**LIMPEZA E ARREMATE**								
11.1		**Limpeza de obra**								
11.1.1	55.01.020	CDHU	Limpeza final da obra	M2	88	R$ -	R$ -	R$ 16,73	R$ 1.472,82	R$ 1.472,82
										R$ 1.472,82

TOTAL GERAL	**R$ 121.951,21**
TOTAL COM BDI 23,00%	**R$ 149.999,99**

Fonte: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - TABELA DE SE Versão 202 Data Base: MAIO/26

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data definida na Ordem de Execução dos Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2026), nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000076/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 13/06/2025;

III) Id do item no PCA: 404;

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO;

V) Identificador da Futura Contratação: 180157-70/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. As características, requisitos de execução, especificações técnicas, normas técnicas aplicáveis, materiais, métodos construtivos e demais exigências relativas aos serviços encontram-se detalhadas no Anexo I – Memorial Descritivo, parte integrante deste Termo de Referência, sendo seu atendimento obrigatório para fins de execução, fiscalização e recebimento dos serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.1.2. Deverá ser dada preferência a produtos de baixo impacto ambiental, duráveis e reparáveis.

4.1.3. Quando possível, deverão ser utilizados materiais sustentáveis e recicláveis.

4.1.4. Os entulhos e demais resíduos provenientes dos serviços deverão ser removidos e destinados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação aplicável.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.3. As empresas licitantes, adjudicatárias e contratadas poderão ser responsabilizadas administrativamente pelas infrações previstas no artigo 155 estando sujeitos às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo assegurada a aplicação do Direito Constitucional do Contraditório e da Ampla Defesa dentro do devido processo legal.

4.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida com os seguintes dados:

4.4.1. CNPJ: 04.198.514/0082-10;

4.4.2. Razão Social: Polícia Militar do Estado de São Paulo;

4.4.3. Endereço: Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP – CEP: 13035-680;

4.4.4. E-mail: cpi2uge@policiamilitar.sp.gov.br.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, especialmente quanto às condições das instalações existentes, ao acesso ao local de execução, às áreas sujeitas à intervenção e às condições para execução dos serviços, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h00 (oito) horas às 18h00 (dezoito) horas, excetuando-se os dias sem expediente administrativo.

4.6. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.8. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. De execução: 120 (cento e vinte) dias, excluindo os dias que implicarem em parada de serviço por motivo de força maior ou caso fortuito, conforme liberação da fiscalização e aprovação do Contratante.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) endereço(s): Avenida João Jorge, 499, Vila Industrial, Campinas/SP – CEP: 13035-680;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: De segunda à sexta-feira, das 08h00 (oito) horas às 18h00 (dezoito) horas, excetuando-se os dias sem expediente administrativo.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Especificação da garantia do serviço

5.5. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nos termos da legislação aplicável.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção, cabendo à Fiscalização verificar a qualidade e a conformidade dos serviços executados, bem como sua compatibilidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, na Planilha Orçamentária e no Cronograma Físico-Financeiro.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados;

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1. qualidade e conformidade dos serviços executados;

7.2.2. atendimento às especificações e quantitativos previstos na Planilha Orçamentária e neste Termo de Referência;

7.2.3. compatibilidade dos serviços executados com o Cronograma Físico-Financeiro; e

7.2.4. cumprimento do prazo de execução estabelecido para a contratação.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada período de 30 (trinta) dias de execução, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços efetivamente executados no período, por meio de planilha de medição e memória de cálculo detalhada, a qual será analisada pela Fiscalização quanto à efetiva execução dos serviços, aos quantitativos realizados, à qualidade e conformidade com as especificações contratuais e à compatibilidade com o Cronograma Físico-Financeiro.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, ‘a’, da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará a periodicidade mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.4.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.6.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.21.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR/REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação. No momento adequado, o licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborado pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), bem como o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES) compatíveis com o valor final de sua proposta, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.8. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Qualificação Técnica

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.25. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional conforme o caso, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA competente, ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU competente, em plena validade;

8.25.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.26.1.1. 6,75 m² de divisória em placas de granito com espessura de 3 cm;

8.26.1.2. 43,25 m² de revestimento em porcelanato esmaltado acetinado para área interna e ambiente com acesso ao exterior, grupo de absorção BIa, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado;

8.26.1.3. 6,28 m² de vidro temperado serigrafado incolor de 8 mm.

8.26.2. Os quantitativos mínimos exigidos correspondem a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância ou valor significativo da contratação, nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.26.3. A relação das parcelas de maior relevância e respectivos quantitativos consta no quadro a seguir, extraído do Orçamento Estimativo nº CPI-2-002/320/26, que integra o presente processo:

Item do Orçamento Estimativo nº CPI2-002/320/26	Descrição	Unidade	Quantidade prevista	Quantidade mínima (50%)
4.1.2	Divisória em placas de granito com espessura de 3 cm	M2	13,5	6,75
5.2	Revestimento em porcelanato esmaltado acetinado para área interna e ambiente com acesso ao exterior, grupo de absorção BIa, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada, rejuntado	M2	86,5	43,25
7.2.1	Vidro temperado serigrafado incolor de 8 mm	M2	12,56	6,28

8.26.4. A comprovação dos quantitativos mínimos poderá ser realizada por um ou mais atestados ou certidões, desde que a soma dos quantitativos comprovados atenda aos limites estabelecidos nos subitens 8.26.1.1 a 8.26.1.3.

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual n° 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual n° 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual n° 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

8.28. Tratando-se de consórcio:

8.28.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.29. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada par atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R$ 149.999,99 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos no Orçamento Estimativo nº CPI-2-002/320/26, fundamentado no Boletim Referencial de Custos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) - Versão 202.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 00001 / 180157 - Comando de Policiamento do Interior 2 - CPI-2;

II) Fonte de recursos: 150010001 - TESOURO-GERAL;

III) Programa de trabalho: PTRES: 180402 - ADMINISTRACAO GERAL DA POLICIA MILITAR

IV) Elemento de despesa: 339039

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. VERSÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Administração Pública do Estado de São Paulo

Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE

Termo de Referência - Serviços Comuns de Engenharia - Pregão

Versão atualizada em: 01/01/2026

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

OSVALDO ELI MASSON DE OLIVEIRA

Qualificação Técnica (art.14 da Lei Fed. 5.194/66) Engenheiro Civil - CREA/SP 5071672885

Assinou eletronicamente em 07/10/2026 às 09:26:57.